



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

PODER JUDICIÁRIO
ÓRGÃO: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
UNIDADE: Diretoria de Recursos Humanos
Data de referência: 31/08/2026

RESOLUÇÃO 102 CNJ - ANEXO IV - QUANTITATIVO DE CARGOS E FUNÇÕES

h) Quantitativos de beneficiários e dependentes de benefícios assistenciais

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		QUANTIDADE							
		AUXILIO-ALIMENTAÇÃO	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR	AUXÍLIO-TRANSPORTE	AUXÍLIO SAÚDE	EXAMES PERIÓDICOS	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO						TITULARES	DEPENDENTES	TOTAL
115	ESTIMATIVA COM TRANSPORTE (V)	0	0	336	0	-	-	-	-
793	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO 1	8696	0	0	0	-	-	-	-
995	AUXÍLIO SAÚDE	0	0	0	12659	-	-	-	-
1043	AUXÍLIO CRECHE	0	637	0	0	-	-	-	-
TOTAL		8696	637	336	12659	-	-	-	-

BENEFÍCIO	VALOR PER CAPITA (R\$ 1,00)	DESCRIÇÃO DA LEGISLAÇÃO
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO 1	2.500,00	DECRETO JUDICIARIO N.º 195, DE 30 DE MARÇO DE 2023. DECRETO JUDICIÁRIO N.º 214, DE 1º DE MARÇO DE 2024 - PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO EM 4 DE MARÇO DE 2024. DECRETOS JUDICIÁRIOS Nº 138, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2025, E Nº 133, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.
AUXÍLIO-SAÚDE	2.937,57 a 3.197,57	RESOLUÇÃO CNJ Nº 294, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, RESOLUÇÃO Nº 09, DE 26 DE MAIO DE 2020 E DECRETO JUDICIÁRIO Nº 486, DE 26 DE JULHO DE 2021, DECRETO JUDICIÁRIO Nº 558, de 30 DE AGOSTO DE 2021, DECRETO JUDICIÁRIO Nº 368, de 3 DE MAIO DE 2022, DECRETO JUDICIÁRIO Nº 196, DE 30 DE MARÇO DE 2023.DECRETO JUDICIÁRIO Nº 213, DE 1º DE MARÇO DE 2024, DECRETO JUDICIÁRIO Nº 139, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2025, DECRETO JUDICIÁRIO Nº 1.096, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.
AUXÍLIO-TRANSPORTE	*	LEI ESTADUAL Nº 6.677, DE 26 DE SETEMBRO DE 1994, DECRETO JUDICIÁRIO Nº 512, DE 6 DE AGOSTO DE 2021.
AUXÍLIO-SAÚDE MAGISTRADO	ATÉ 10% DO SUBSÍDIO	RESOLUÇÃO CNJ Nº 294, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, RESOLUÇÃO Nº 09, DE 26 DE MAIO DE 2020 E DECRETO JUDICIÁRIO Nº 486, DE 26 DE JULHO DE 2021, DECRETO JUDICIÁRIO Nº 558, de 30 de agosto de 2021 E DECRETO JUDICIÁRIO Nº 368, de 3 DE MAIO DE 2022.
AUXÍLIO-CRECHE	600,00	RESOLUÇÃO Nº 07, DE 16 DE ABRIL DE 2025. DECRETO Nº 497, DE 4 DE JULHO DE 2025. DECRETO JUDICIARIO Nº 134, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.

* Valor Per Capita varia, conforme Lei Estadual nº 6.677/94